



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Trabalho profissional

**EDUCAÇÃO PERMANENTE NA SMAS/RJ: FORMAÇÃO E TRABALHO NAS DIMENSÕES
TÉCNICA, ÉTICA E POLÍTICA**

CHRIS GISELLE PEGAS PEREIRA DA SILVA¹

ALINE SOUTO MAIOR FERREIRA²

CARLA CRISTINA MARINHO PIVA³

CRISTIANE DE BARROS PEREIRA⁴

MÁRCIA PEREIRA ROSA⁵

RESUMO

O presente artigo visa expor o relato da experiência da Gerência de Desenvolvimento e Educação Permanente responsável por planejar, organizar e executar as ações educativas voltadas para todos os gestores, trabalhadores e agentes do controle social da Secretaria Municipal da Assistência Social da Cidade do Rio de Janeiro. Sugere, assim, uma discussão sobre a educação, na perspectiva libertadora de Paulo Freire, além de demonstrar os desafios na educação permanente, considerando a precarização do trabalho na contemporaneidade.

Palavras-chave: assistência social, educação permanente, gerência de desenvolvimento e educação permanente, precarização de trabalho

¹ Gerência de Desenvolvimento e Educação Permanente da Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro

² Gerência de Desenvolvimento e Educação Permanente da Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro

³ Gerência de Desenvolvimento e Educação Permanente da Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro

⁴ Gerência de Desenvolvimento e Educação Permanente da Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro

⁵ Gerência de Desenvolvimento e Educação Permanente da Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro

ABSTRACT

This article aims to present the experience of the Development and Permanent Education Management responsible for planning, organizing and executing educational actions aimed at all managers, workers and social control agents of the Municipal Secretariat of Social Assistance of the City of Rio de Janeiro . It thus suggests a discussion about education, from the liberating perspective of Paulo Freire, in addition to demonstrating the challenges in continuing education, considering the precariousness of work in contemporary times.

Keywords: social assistance, continuing education, development management and continuing education, precarious work

Introdução

A Assistência Social foi reconhecida como política pública a partir da Constituição de 1988 e regulamentada em 1993 através da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS. Com o advento da Política Nacional de Assistência Social - PNAS (2004) e do Sistema Único de Assistência Social - SUAS (2005) se tornou um direito com acesso universal a todos que dela necessitar.

A partir de então iniciou-se importante período de estruturação da Política de Assistência Social, marcado por inúmeras regulamentações que objetivavam organizar a gestão e a execução dos serviços e benefícios à população. Entre essas normativas, se destacam a Norma Operacional Básica (NOB SUAS), a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH/SUAS) e a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, atentando para a relação entre a oferta e operacionalização dos serviços e os recursos humanos necessários ao avanço da política. Necessidade que suscitou a premência de uma política de capacitação dos trabalhadores do SUAS, com o objetivo de qualificar os serviços prestados à população. Sendo assim, foi criada a Política Nacional de Educação Permanente (PNEP), em 2013. A PNEP prevê que os entes federativos implementem as instâncias de Educação Permanente e também seus respectivos Planos de Educação Permanente;

No âmbito do Município do Rio de Janeiro, a estruturação da Política de Assistência Social vem se consolidando ao longo dos anos, contando hoje com 47 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), 14 Centros de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), 2 Centros POP, 33 Unidades de Acolhimento Institucional, em suas distintas



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

modalidades de acordo com as características dos grupos atendidos, 10 Núcleos de Acompanhamento do Serviço de Família Acolhedora, além de projetos e programas específicos. Essa cobertura exige um aparato de gestão condizente, tendo a SMAS 10 Coordenadorias de Assistência Social (CAS), que fazem a gestão descentralizada da Política nos territórios da cidade e ainda um significativo contingente de trabalhadores e gestores que atuam na execução da gestão municipal da Assistência Social.

Tal estrutura demanda investimentos em Educação Permanente e a SMAS, tem sido vanguarda na discussão da qualificação dos trabalhadores do SUAS, tendo implementado desde 2004 um setor voltado para a Educação Permanente, e o primeiro município do país a implantar o Plano Municipal de Educação Permanente (PMEP). Atualmente, está em vigência o III PMEP da SMAS Rio. A agora denominada Gerência de Desenvolvimento e Educação Permanente (GDEP), é um setor da Coordenadoria Geral de Gestão do Sistema Municipal de Assistência Social (CGSIMAS), responsável por planejar, organizar e executar as ações educativas voltadas para todos os gestores, trabalhadores e agentes do controle social do SUAS.

A Assistência Social, política pública que se propõe enfrentar as desigualdades sociais, foi especialmente demandada e afetada pelo acirramento das múltiplas expressões da questão social, materializadas pela desproteção social, pobreza e violência causadas e/ou agravadas pela pandemia do novo coronavírus a partir de 2020. Esse cenário vem impondo maiores desafios à Assistência Social, o que exige a ampliação de estratégias interventivas dos profissionais, além de capacidade crítica, criativa e compromisso com a população usuária.

1. Educação permanente: dilemas conceituais

A Política Nacional de Educação Permanente considera a educação permanente, como um processo contínuo de atualização mediado pela problematização quanto aos saberes e práticas dos sujeitos e não como um simples meio de transmissão de informações através da hierarquização disciplinar do conhecimento:

Entende-se por Educação Permanente o processo contínuo de atualização e renovação de conceitos, práticas e atitudes profissionais das equipes de trabalho e diferentes agrupamentos, a partir do movimento histórico, da afirmação de valores e princípios e do contato com novos aportes teóricos, metodológicos, científicos e tecnológicos disponíveis. Processo esse mediado pela problematização e reflexão quanto às experiências, saberes, práticas e valores pré-existentes e que orientam a ação desses sujeitos no contexto organizacional ou da própria vida em sociedade (BRASIL, 2013, p.34).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Segundo Freire (1975), a proposta de uma educação libertadora abre espaços de construção onde não há um modelo a ser seguido; e sim uma pretensão educacional de que a formação se dê em conjunto entre educador e educando, portanto sem recorrer a sistemas de respostas prontas e acabadas. Nesta perspectiva, há uma interação direta dos atores envolvidos no processo ensino-aprendizagem. Ambos, possuem autonomia para questionar, e juntos refletir, já que na educação libertadora é permitido o arriscar-se, ousar-se ou mesmo equivococar-se .

Agrega-se a essa discussão, a noção de trilhas de aprendizagem como estratégia de desenvolvimento de competências, tomando-se como referência não só as expectativas institucionais, mas também demandas, desempenhos e aspirações dos trabalhadores (Freitas e Brandão, 2006). As competências originam-se da aplicação conjunta, no trabalho, de conhecimentos, habilidades e atitudes. Assim, conforme sinalizado pela PNEP/SUAS *“competência é um conceito tridimensional. Habilidade apenas constitui a dimensão técnica, enquanto conhecimento e atitudes correspondem às suas dimensões ética e política”* (2013,p.40),.

Portanto, de acordo com a PNEP/SUAS, *“o planejamento, a oferta e a implementação de ações de formação e capacitação para o SUAS devem responder às questões, demandas e dificuldades que emergem dos processos de trabalho e das práticas profissionais desenvolvidas pelos trabalhadores”* (2013,p.35). Isto implica em desenvolver novas competências e habilidades que contribuam para uma melhoria no trabalho num movimento constante e dialético.

Consoante a esta perspectiva, a práxis, diante de desafios diversos que se apresentam no processo de trabalho, deve incentivar o sujeito na busca de novos conhecimentos e alternativas de intervenção. Para tanto, prescinde de um arcabouço teórico-metodológico que não induza às soluções prontas, mas que favoreça um processo de aprendizado contínuo. Essa perspectiva se vislumbra na NOB-RH/SUAS ao conceituar Educação Permanente, entendida como:

[...] processo de permanente aquisição de informações pelo trabalhador, de todo e qualquer conhecimento, por meio de escolarização formal ou não formal, de vivências, de experiências laborais e emocionais, no âmbito institucional ou fora dele. Compreende a formação profissional, a qualificação, a requalificação, a especialização, o aperfeiçoamento e a atualização. Tem o objetivo de melhorar e ampliar a capacidade laboral do trabalhador, em função de suas necessidades individuais, da equipe de trabalho e da instituição em que trabalha, das necessidades dos usuários e da demanda social. (2011, p.99)

A concepção político-pedagógica da educação permanente no SUAS aponta para a centralidade das práticas profissionais e dos processos de trabalho. O trabalho é entendido aqui,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

como atividade central de sociabilidade humana, orientada a um fim e que se realiza na articulação com o outro, e definido como:

[...] atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidade humana, condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais (Marx, 1996, p.153).

A sistematização e problematização das experiências sócio-ocupacionais contribuem para a construção de novos processos de trabalho. Torna-se imprescindível abandonar a lógica da transmissão de saberes prontos, uma vez que o processo de aprendizagem significativa deverá ser apropriado pelos próprios executores da política.

Além disso, a PNEP revela a importância de destacar a diferenciação entre formação continuada e educação permanente, conforme ressaltam Marcondes, Brisola e Chamon:

A formação continuada diz respeito à continuidade da formação acadêmica inicial, com vistas ao aperfeiçoamento profissional. Porém, não se considera como regra que tal aperfeiçoamento se volte para as necessidades decorrentes do espaço sócio- ocupacional ou na direção de alterações qualitativas nas estruturas e nas rotinas e fluxos de atendimento das demandas emergentes. Sob outra ótica, encontra-se a acepção de educação permanente. Esta deve ser entendida no cenário histórico, político e econômico, atentando-se para as metamorfoses que ocorrem na sociedade e as necessidades emergentes dos que procuram pela Assistência Social. (2014, p.301)

Essa diferenciação se baseia no pensamento de Freire, em que a formação continuada é concebida como um processo contínuo de desenvolvimento profissional que corresponde aos períodos de aprendizado nas instituições formadoras. A educação permanente diz respeito aos processos de aprendizagem dos profissionais no exercício da profissão, mediante iniciativas dentro e/ou fora dos espaços sócio-ocupacionais, a partir da centralidade do trabalho.

Nessa direção, a PNEP/SUAS apresenta quatro princípios: a centralidade das práticas profissionais e dos processos de trabalho; a interdisciplinaridade, a aprendizagem significativa e o princípio da historicidade. A centralidade dos processos de trabalho prevê o estímulo de uma postura investigativa e propositiva através da participação dos trabalhadores na elaboração de estratégias para responder às demandas, problemas e dificuldades que perpassam pelas práticas profissionais. A centralidade do trabalho relaciona-se inexoravelmente a preocupação expressa pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), sobre a relevância da educação permanente para a categoria dos assistentes sociais:



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Nesse sentido, a Política de Educação Permanente fortalece um dos princípios fundamentais do Código de Ética do/a Assistente Social, no que se refere ao “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional”. (CFESS, 2012, p. 09)

O princípio da interdisciplinaridade, embasada na complementaridade de saberes de cada área, viabiliza a construção de novas práticas profissionais inseridas em um contexto que revela expressões da questão social, cuja compreensão necessita de um olhar multidimensional. De acordo com Albuquerque e Carvalho:

O princípio da interdisciplinaridade afirma que nenhum conhecimento é superior ao outro e nem substitui o outro. O mundo do trabalho exige cada vez mais a integração dos seus membros no processo de trabalho. Reconhece-se o saber específico de cada área e espera-se que eles se complementem e criem novos saberes. (2013, p. 06)

A Política Nacional de Educação Permanente também reconhece a relevância da interdisciplinaridade na construção do conhecimento. Assim, propõe:

[...] instituir um processo de ensino e aprendizagem, investigação e construção de saberes e conhecimento calcado na valorização da interdisciplinaridade, fundamentada no reconhecimento dos saberes específicos de cada área, na sua complementaridade e na possibilidade de construção de novos saberes e práticas. (2013, p.36)

Portanto, ter a interdisciplinaridade como princípio significa procurar estabelecer uma interação e integração entre os diferentes saberes, dos diferentes profissionais que compõem o SUAS. Avançar nesta construção é um desafio contínuo.

Em consonância com os outros princípios, a aprendizagem significativa se desenvolve através da interiorização de novos conhecimentos a partir das experiências e vivências prévias dos trabalhadores. A mobilização para esse tipo de aprendizagem sugere adesões dos trabalhadores com o processo de capacitação. bem como o cuidado que ele tem com sua própria aquisição de conhecimentos.

Complementarmente, o princípio da historicidade se caracteriza pela relação dos conceitos ao âmbito da história, da cultura e dos territórios abarcando questões filosóficas, científicas e ético-políticas através da análise do ser social e sua mediação com as questões de caráter técnico e operativo, visando o fortalecimento da política pública da assistência social enquanto direito de cidadania. Conforme Albuquerque e Carvalho (2013), a adoção do princípio da historicidade é fundamental pois:



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

[] permite ao SUAS e a PNEP constituir-se nos marcos de uma data de sociedade (forma) e uma forma de relação social no campo produtivo e quais os limites dessa forma de sociedade. Que sociedade é essa? Compreensão que permite observar a lógica de funcionamento da nossa sociedade que é hoje uma lógica que produz concentração de renda e riqueza, além da expansão da pobreza. Nessa lógica poderemos reafirmar a lógica posta ou romper afirmando os princípios do SUAS e da LOAS. (2013, p. 07)

A opção por uma concepção de educação parametrizada pelo princípio da historicidade, nos remete à pedagogia de Paulo Freire e sua compreensão do ser humano enquanto histórico, inconcluso e, sob a perspectiva do autor, em processo constante de construção:

Ressaltamos, inicialmente, a sua condição de ser histórico-social, experimentando a tensão de estar sendo para poder ser e de estar sendo não apenas o que herda, mas também o que adquire e não de forma mecânica. Isto significa ser o ser humano, enquanto histórico, um ser finito, limitado, inconcluso, mas consciente de sua inconclusão. Por isso, um ser ininterruptamente em busca, naturalmente em processo. Um ser que, tendo por vocação a humanização, se confronta, no entanto, com o incessante desafio da desumanização, como distorção daquela vocação. (2003, p. 18)

A educação é permanente devido à finitude do ser humano, da consciência que ele tem dessa limitação e de *“ter incorporado à sua natureza não apenas saber que vivia, mas saber que sabia e, assim, saber que podia saber mais. A educação e a formação permanente se fundam aí.”* (Freire, 2003, p. 20).

Na contemporaneidade, é preciso atentar para o fato de que com a velocidade da produção e circulação das informações em função dos avanços das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) , frequentemente os indivíduos podem se sentir bem informados, sem que isso, no entanto signifique que tenha sido possível processar toda a informação e reelaborá-la. Processo que tende a limitar suas possibilidades de aprendizagem, experimentação, construção de novos conceitos e de auto percepção enquanto autor da história.

É importante ressaltar que pensar em produção e busca do conhecimento na perspectiva político pedagógica da Educação Permanente é considerá-la no cotidiano das instituições, a partir da realidade vivida. Tendo como base o questionamento e as transformações necessárias ao processo de aprendizagem. *“É preciso perder o hábito e deixar de conceber a cultura como saber enciclopédico, no qual o homem é visto apenas sob forma de um recipiente a encher e entupir de dados empíricos ...”* (Gramsci, 2000, p. 53)

Na perspectiva político pedagógica da Educação Permanente, no âmbito do SUAS, requer-se, portanto, a construção do conhecimento através de reflexões sobre cotidiano profissional no



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

campo da política de assistência social e da transversalidade de outras temáticas a partir das experiências dos trabalhadores do SUAS e dos outros atores envolvidos. As ações educativas, na perspectiva político pedagógica da Educação Permanente, devem nessa direção estimular o questionamento crítico sobre os processos de trabalho, partindo sempre do “pressuposto da centralidade do trabalho como criador da condição humana” (Frigotto, 2005, p. 28) e o entendimento do usuário da política de assistência social enquanto sujeito de direitos instituídos constitucionalmente, propiciando a construção de estratégias para transformação da realidade, em consonância com as proposições de Fernandes:

Educação permanente é aprendizagem no próprio trabalho, é aprender com o outro, com as necessidades sociais. É compartilhar experiências e práticas, criando estratégias para agregar conhecimento no próprio ambiente de trabalho e propor mudanças. É saber conhecer e fazer (2007, p, 15).

Proposições que colocam para os trabalhadores e gestores do SUAS a demanda pelo desenvolvimento de habilidades e competências relativas ao fazer profissional, destacando-se a compreensão dos aspectos coletivos do trabalho, que envolvem o intercâmbio de experiências e saberes, bem como o investimento no enfrentamento de conflitos inerentes aos processos de construção coletiva, principalmente quando envolvem concepções de mundo em disputa. O que nos remete a compreensão de que a Educação Permanente é, também, instrumento de luta ideológica e política (CFESS, 2012). Portanto, faz-se necessário entender a Educação Permanente como práxis política ao associar Educação e Trabalho com as dimensões éticas da vida.

Revela-se nessa perspectiva, a importância de induzir os trabalhadores à ação-reflexão a partir de seu pronunciamento sobre as questões cotidianas do universo do trabalho onde todos são intelectuais, “porque não existe atividade humana da qual se possa excluir alguma intervenção intelectual” (Gramsci, 1975, p. 1.516).

O diálogo entre os profissionais se configura em relações horizontais em que há confiança entre os sujeitos. Para Freire (1987), é um encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos, não é um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco, discussão guerreira em que tentam impor a sua verdade. Em suas próprias palavras:

A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir,

humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar. Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão. (1987: 90)

Nessa perspectiva, vale reiterar que a Educação Permanente, além de fomentar a cultura participativa dos trabalhadores baseada na contínua avaliação reflexiva de seus processos de trabalho e das práticas profissionais propõem o desenvolvimento dos profissionais a partir de três dimensões: técnica, ética e política. São essas as concepções que orientam o trabalho desenvolvido pela Gerência de Desenvolvimento e Educação Permanente do Município do Rio de Janeiro, que apresentaremos em detalhe.

2. A Gerência de Desenvolvimento e Educação Permanente: relato de uma experiência

O primeiro setor responsável pelas ações de capacitação na SMAS foi a “Escola Carioca de Gestores da Assistência Social” criada em 2004. Seu objetivo era propiciar aos servidores da então Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), das demais secretarias e os profissionais das organizações não governamentais conveniadas, reflexões sobre o cotidiano da prática profissional, a partir da Política Nacional de Assistência Social, que vinha sendo discutida ao longo do ano de 2004, sendo aprovada e publicada em outubro do mesmo ano. A Escola Carioca consolidou-se ao longo dos anos como um setor pioneiro e fundamental para o processo de qualificação profissional dentro da SMAS. Tornou-se espaço de promoção de cursos, seminários, palestras, assessoria, supervisão de campos de estágio e orientação de linhas de pesquisa, além de organizar e incentivar diversas publicações que contribuíram para o registro do trabalho realizado pela SMAS e demais secretarias de políticas públicas vinculadas ao Sistema Matricial de Assistência Social – SIMAS, entre os anos de 2004 e 2008.

Em 2009 a “Escola Carioca” passou a ser denominada Centro de Capacitação de Política de Assistência Social - CCPAS, que se afirmou como órgão responsável pela capacitação dos trabalhadores do SUAS, gestores, conselheiros e estagiários. O CCPAS passou a compor, como gerência, uma das frentes de atuação da Coordenadoria Geral de Gestão do Sistema Municipal de Assistência Social - CGSIMAS. A nova organização do setor e suas frentes de trabalho foram reformuladas considerando as demandas advindas da organização da Política de Assistência Social a nível nacional, das diretrizes da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos -

NOB-RH/SUAS, no que se refere à política de capacitação e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, instituída em 2009.

A PNEP e o PMEP/RJ materializaram as bases para as atividades realizadas pelo CCPAS e consolidaram a importância do setor enquanto espaço fundamental para a formação dos trabalhadores do SUAS no município. A partir destas novas bases, o setor passou, em 2017, por mais uma mudança na sua estrutura e competências. O CCPAS passou a se denominar Gerência de Desenvolvimento e Educação Permanente - GDEP que tem uma das competências, segundo Decreto Rio Nº 42.879, *Planejar, desenvolver, monitorar e avaliar as atividades de capacitação e educação permanente destinadas aos trabalhadores do Sistema Matricial de Assistência Social*. Atualmente a equipe é composta por seis assistentes sociais, uma psicóloga, uma pedagoga e três administrativas.

As ações de educação permanente se materializam através de distintas atividades de capacitação tais como seminários, palestras, congressos, webinários, encontros temáticos, ciclos de debates, cursos, entre outros com distintas cargas horárias. Faz parte do processo de trabalho da equipe técnica da GDEP a concepção e o planejamento da atividade, a preparação do material educativo e a realização das atividades enquanto facilitadores e o monitoramento e avaliação das mesmas.

A organização das atividades compreende a elaboração das minutas, encaminhamento de convites para participação nas atividades, organização das turmas e preparação de links de inscrição, listas de presença, formulário de avaliação das atividades realizadas e emissão de certificados. Algumas atividades contam com convidados externos como palestrantes, e a atuação da equipe técnica tanto no planejamento quanto na condução das atividades de capacitação exige da mesma leitura, estudo e pesquisa de textos, documentos normativos, legislações e análise de materiais audiovisuais para subsidiar a preparação de materiais e fundamentar debates dos encontros, sob a perspectiva político pedagógica da educação permanente e sobre os princípios da interdisciplinaridade, da aprendizagem significativa e da historicidade.

Em 2023 foram ofertados para os profissionais da SMAS os seguintes Cursos de Extensão em parcerias com as Universidades "Abordagem da Segurança Alimentar e Nutrição na Assistência Social" oferecido pela Escola de Nutrição da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO); Curso de Extensão "Direitos Humanos e Assistência Social: gênero e etnia



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

em debate" ofertado pela Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Curso de Extensão "Questões Transversais na Atuação com Crianças e Adolescentes" oferecido pelo Observatório dos Conselhos/ Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Curso de Extensão sobre Planejamento Estratégico - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional IPPUR/UFRJ.

Além dos Cursos de Extensão, no mesmo ano foram ofertadas 84 capacitações com total de 4897 participações de gestores, trabalhadores e agentes de controle social. Destacam-se entre as atividades as capacitações de ambientação, supervisões técnicas, ciclos de debates, workshops e palestras. As ambientações são capacitações ofertadas a todos os profissionais ao ingressar na SMAS, apresentam a Política da Assistência Social, seu marco regulatório e a configuração da Assistência Social na cidade do Rio de Janeiro. Têm como objetivo a apresentação das normas, procedimentos e valores que norteiam os serviços ofertados à população. Durante a atividade de Ambientação também é apresentado o Código de Integridade Pública Municipal a ser seguido por todos os agentes públicos em seu cotidiano profissional.

A capacitação de Supervisão Técnica, por outro lado, tem por objetivo fornecer subsídios teóricos, metodológicos, técnicos, operativos e éticos para a construção crítica e criativa de novas alternativas de intervenção dos trabalhadores do SUAS. Segundo a PNEP/SUAS a Supervisão Técnica se refere a "um tempo na organização do trabalho que deve mobilizar gestores e trabalhadores para reflexão e estudo coletivo acerca de questões relacionadas aos seus processos cotidianos de trabalho, às suas práticas profissionais, às articulações com o território, na perspectiva institucional e intersetorial". Essa modalidade de capacitação continuada, vem sendo realizada pela GDEP desde 2018, a partir de metodologia desenvolvida pela equipe técnica e tem sido uma atividade muito bem avaliada pelos participantes por oportunizar a construção coletiva do conhecimento.

Os Ciclos de Debates são uma modalidade de capacitação que tem como objetivo criar um espaço de atualização e discussão sobre temáticas relacionadas ao trabalho no SUAS, sendo frequentemente convidados trabalhadores da própria SMAS a exporem suas experiências e ou produções acadêmicas, proporcionando simultaneamente a valorização da qualificação dos servidores e colaboradores da SMAS, no que tange à possibilidade de compartilharem seus conhecimentos e experiências com seus pares na Secretaria.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Em 2020 e 2021, A GDEP realizou o Ciclo de Debates Questão Racial na SMAS em dois encontros intitulados respectivamente Questão Racial no SUAS e Mulher Negra no SUAS, tendo sido essa experiência apresentada no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) em 2022. A inclusão da questão racial na agenda de capacitações do corpo de profissionais da assistência social se constitui em iniciativa necessária para a efetiva qualificação destes, e a temática racial também foi incluída no III PMEP, sendo elencada no rol das perspectivas de atuação até o ano de 2025. No ano de 2023 a referida temática foi abordada no Ciclo de Debates “Racismo Institucional: Possibilidades de superação” e no Workshop realizado em comemoração ao dia do Assistente social “Questão Racial na Assistência Social”, tendo essas iniciativas culminado com a realização, no mês de novembro, do I Seminário Debate Racial na Assistência Social Carioca: Perspectivas em Cena. No ano de 2024 a GDEP colaborou com a Coordenadoria de Direitos e Conselhos no curso EAD Políticas Públicas e Relações Étnico Raciais, tendo contribuído na elaboração e apresentação do conteúdo referente às iniciativas da SMAS na abordagem da questão racial junto aos trabalhadores, e incluído no planejamento anual da GDEP a realização do II Seminário Debate Racial na Assistência Social Carioca: Perspectivas em Cena.

A Gerência de Desenvolvimento e Educação Permanente também é o setor responsável pela avaliação e autorização de projetos de pesquisa e/ou extensão no âmbito da SMAS. Nossa atuação compreende todos os procedimentos relativos à pesquisa, desde a orientação de pesquisadores, bem como análise e autorização ou não dos projetos submetidos, tomando em conta o compromisso com a produção de conhecimento, mas sempre garantindo o tratamento ético aos atores envolvidos. Ao longo de 2023, foram analisados 17 processos de solicitação de pesquisas, entre pesquisas institucionais, de mestrado, doutorados e pós-doutorados de diversas universidades nacionais e até internacionais.

Além disso, todo o processo de estágio na SMAS é organizado e conduzido pela GDEP, desde a elaboração dos editais, realização do processo seletivo, capacitação de supervisores e estagiários e monitoramento do estágio, tendo como referência o Decreto Municipal Nº 45582 de 27/12/2018 e a Portaria CVL/SUBSC Nº 21 de 11/01/2019, bem como às disposições da Lei nº 11.788, de 25/09/2008 (Lei do Estágio). Como são disponibilizadas vagas para estudantes de Serviço Social, Psicologia e Nutrição, também são observados os seguintes documentos: Resolução nº 533, de 29 de setembro de 2008 do Conselho Federal de Serviço Social, Carta de

Serviço sobre estágios e serviços do Conselho Federal de Psicologia, e Resolução nº 698, de 11 de agosto de 2021 do Conselho Federal de Nutrição.

A Gerência de Desenvolvimento e Educação Permanente tem ainda uma atribuição importante de assessoria e consultoria na SMAS participando assim de toda a produção técnica e normativa da Secretaria tais como as elaborações dos Planos Municipais de Assistência Social da Cidade do Rio de Janeiro, Plano Estratégico Municipal e de Cadernos de Orientações Técnicas, entre outros..

Faz parte do processo de trabalho da GDEP o monitoramento das atividades e a avaliação dos resultados obtidos, entendendo-os como parâmetros fundamentais para a gestão do processo de trabalho da equipe e para a promoção das adequações necessárias ao seu melhor desenvolvimento.

Com relação a sistematização da prática profissional, a GDEP teve três produções bibliográficas intituladas *Trabalho Social nas Políticas Públicas* (2015), *Provimento de Serviços e Benefícios Socioassistenciais: experiências no município do Rio de Janeiro* (2016) e *Gestão do Sistema Único de Assistência Social: questões contemporâneas* (2016). Essas produções foram compostas a partir de artigos elaborados por trabalhadores tanto lotados na gestão, quanto nas unidades de atendimento e retratam experiências com os processos de trabalho, estudos e pesquisas de profissionais. Nesse sentido, destaca-se a importância da ampliação dos investimentos na área de sistematização do exercício laboral, pois isso contribui para disseminação do conhecimento e de experiências profissionais. Além disso, nas palavras de Ney, a sistematização “*constitui uma dimensão importante do trabalho profissional que favorece uma reflexão contínua de suas respostas sócio-institucionais em suas relações de determinação com a dinâmica do ser social*” (p.8).

Além da sistematização da prática para educação permanente, a precarização do trabalho, que faz parte dos desafios da contemporaneidade, também influencia diretamente as atividades continuadas de capacitação. Essa precarização se converte em retração para a participação dos profissionais que, afastando-se de atividades de formação, sofrem interferência na leitura crítica dos processos sociais em voga. Conforme Almeida e Barbosa (2023), o tema da precariedade tem avançado na agenda de debates acadêmicos e profissionais, como uma expressão desde o final do século passado. Os autores sinalizam que esse debate “nem sempre é acompanhado de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

precisão teórica e analítica a respeito de que fatores da realidade são reconhecidos no termo guarda-chuva precariedade e que fundamentos os explicam” (Almeida; Barbosa, 2023, p. 149). A análise atenta para um movimento crítico que compreende a precarização das condições de trabalho e transformação da morfologia do trabalho como resposta do capital significa:

[...] desvalorização da força de trabalho, ampliação do capital constante na economia, encurtamento do trabalho vivo, diminuição da distribuição do mais-valor para o Estado Social e abertura de novas esferas de negócios em áreas ainda não capitalizadas (serviços e novos extrativismos da natureza) (Almeida; Barbosa, 2023, p. 153).

A análise dos fundamentos e das contradições internas da dinâmica capitalista não desloca as manifestações históricas da realidade concreta. A partir de 2008, o mundo capitalista enfrenta um novo fluxo de precariedade, como resultado dos ajustes de austeridade do capital para fazer frente ao curto-circuito financeiro, destacando a indissociabilidade da insegurança social e do modo de ser da riqueza capitalista.

“Afirmar que a precarização social do trabalho está no centro da dinâmica do capitalismo flexível significa também entendê-la como uma estratégia de dominação. Isto é, força e consentimento são os recursos que o capital se utiliza para viabilizar esse grau de acumulação sem limites materiais e morais. A força se materializa principalmente na imposição de condições de trabalho e de emprego precárias frente à permanente ameaça de desemprego estrutural criado pelo capitalismo.” (Druck, 2011, p. 43)

O mundo do trabalho sofreu profundas transformações a partir dos anos 90 com o processo de reestruturação produtiva, que se consistiu em uma nova forma de produzir, organizar e gerenciar o trabalho, em um contexto de grandes avanços tecnológicos. A reestruturação produtiva, também conhecida pelo estabelecimento de processos como qualidade total e a terceirização, significa uma superação do modelo denominado fordista de produção. Observa-se, então, a introdução de mudanças radicais no mundo do trabalho, com impactos na vida das pessoas e na relação entre países, e, conseqüentemente, na forma de viver das pessoas, assim como na qualificação e na educação permanente. Como resultado, tem-se uma cidadania fragilizada pela ameaça do desemprego, controlada através da participação gerencialista, produtora de carências, exclusão, doenças, morte, desigualdades no seio da própria classe trabalhadora e redução dos direitos conquistados (Freire, 2000). Diante do exposto, a precarização do trabalho permeia as relações institucionais e contribui para as fragilidades dos vínculos profissionais, o que impacta diretamente na educação permanente.

3. Considerações finais

A precariedade do mundo do trabalho, é pois enfrentada no cotidiano da intervenção profissional não apenas pelo atendimento dos usuários da política, mas também experimentada pelo conjunto de trabalhadores, atingidos pelas novas formas de contratação, achatamento salarial e também pelos poucos investimentos na Assistência Social. Tais restrições se traduzem na precariedade dos recursos materiais necessários à oferta dos serviços e benefícios socioassistenciais. Debater essa conjuntura é compromisso da proposta de educação permanente levada a cabo pela GDEP, pois entende-se que é a partir da análise da realidade concreta que encontraremos alternativas de trabalho e de luta pela consolidação e avanço da política.

Diante do exposto, entende-se que a atuação da GDEP vem conseguindo, apesar das limitações de recursos e das contradições inerentes à atuação na Política de Assistência Social, dar materialidade aos princípios da pedagogia libertadora de Paulo Freire (2005), em que o conceito central do ato educativo deixa de ser a transmissão de conhecimentos e passa a ser a indissociabilidade teoria-prática na atividade humana consciente de transformação do mundo e de autotransformação, favorecendo a contínua reflexão das condições de vida, como parte inerente do processo societário e como elemento indispensável para a promoção da transformação social.

4. Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE, Miriam de Souza Leão. & CARVALHO, Francisca Alves de. A Política Pública de Educação Permanente do Sistema Único da Assistência Social- SUAS: desafios para Política Pública Nacional de Assistência Social frente às transformações do mundo do trabalho na perspectiva da garantia de direitos sociais. In: Anais da VI Jornada de Internacional de Políticas Públicas, UFMA, 2013.
- ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Retomando a temática da "sistematização da prática" em serviço social. Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. São Paulo: Cortez, 2009.
- BRASIL. Presidência da República. Lei Orgânica da Assistência Social, Lei nº. 8.742, de 7 de dezembro de 1993.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004. Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Brasília, 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Educação Permanente do SUAS – 1ª ed. – Brasília, MDS, 2013, 57p.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 130, de 15 de julho de 2005. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB SUAS. Brasília, 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS. Brasília, 2006.

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. Política de educação Permanente do Conjunto CFESS – CRESS. Brasília, 2012.

DRUCK, Graça. Trabalho, Precarização e Resistências: novos e velhos desafios? Caderno CRH, Salvador, v. 24, n. spe 01, p 37-57, 2011.

FREIRE, Paulo. Política e educação. 7. ed. São Paulo, Cortez, 2003.

_____. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Lucia M. B de. O Serviço Social na reestruturação produtiva espaços, programas e trabalho profissional. Cortez, 2000.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação, crise do Trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito. IN: FRIGOTTO, G. (org) Educação e Crise do trabalho: perspectivas de final de século. Petrópolis, Vozes, 2005.

GRAMSCI, A. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

MARCONDES, BRISOLA & CHAMON. Educação Permanente: propostas e desafios para os assistentes sociais. IN: Serviço Social & Saúde. Campinas, SP v. 13, n. 2 jul./dez 2014.

MARX, K. O Capital. São Paulo: Nova Cultural, Os Economistas, livro I, tomo 2, 1996.

PEREIRA, P. A. P. Proteção social contemporânea: cui prodest? Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 116, p. 636-651, out./dez. 2013



**Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social**

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

**Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social**